

À
Impugnante,

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 0100-26 - Serviços para Controle de Pragas e Roedores nas Áreas de Interesse da Itaipu e Serviços Ambientais Destinados ao Programa de Controle da Espécie Sinantrópica Nociva *Columba Livia*.

Assunto: Impugnação - Resposta - Pedido indeferido

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é empresa juridicamente internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. Assim, a entidade é sujeita aos procedimentos de tutela representados em controles administrativos ou financeiros constantes das disposições pertinentes dos atos internacionais que a regem.

Neste contexto, a binacional possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (em cumprimento ao prescrito no art. 28º do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), os quais se encontram disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU (NGL).

Portanto, as licitações realizadas pela binacional, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua NGL, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço, não lhe sendo aplicáveis as leis internas do Brasil que disciplinam sobre licitações e contratações da Administração Pública, conforme decidido pelo *Supremo Tribunal Federal*¹.

Após as considerações iniciais e a análise da impugnação apresentada por V.Sa., passamos a responder aos pontos suscitados. Em síntese, requer a impugnante:

I. Sistema de Gestão da Qualidade auditável (ISO 9001 ou equivalente);

Pedido indeferido. As certificações ISO 9001 ou equivalente constituem sistemas de gestão de qualidade e segurança ocupacional, de natureza voluntária, não sendo exigência legal para a prestação dos serviços objeto deste certame.

A sua exigência como requisito contratual poderia implicar restrição indevida a competitividade do certame, razão pela qual a ITAIPU opta por não incluí-la, assegurando a qualidade dos serviços por meio dos requisitos estabelecidos nas Especificações Técnicas, obrigações contratuais e mecanismos de fiscalização da execução.

¹ Não se aplica a Lei 8.666/1993 às alienações e às contratações de obras, serviços e bens realizadas por Itaipu Binacional. [ACO 1.904](#), rel. min. Marco Aurélio, j. 8-9-2020, P, DJE de 24-9-2020.

Itaipu Binacional. (...) Eventual fiscalização pelo Tribunal de Contas da União dar-se-á nos termos acordados em instrumento firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai. [ACO 1.905](#), rel. min. Marco Aurélio, j. 8-9-2020, P, DJE de 24-9-2020.

II. Frota operacional mínima de 05 (cinco) veículos dedicados à execução contratual compatível com as rotas previstas;

Pedido Indeferido. Com o propósito de assegurar a ampla competitividade do certame, a ITAIPU estabeleceu a exigência de frota operacional mínima de 3 (três) veículos dedicados à execução contratual, entendida como suficiente para o adequado atendimento das rotas previstas. Importante ressaltar que, estes veículos deverão atender aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos nos subitens 13.1 e 13.2 das Especificações Técnicas - Anexo I do CBC.

A ITAIPU reitera que tais exigências possuem caráter estritamente técnico, sendo adequadas e proporcionais à execução do objeto, sem impor restrições indevidas à ampla participação dos licitantes.

III. Regularização sanitária veicular;

Pedido prejudicado. A ITAIPU esclarece que regularização sanitária veicular já é exigida como obrigação editalícia, conforme subitem 13.1 das Especificações Técnicas, Anexo I do CBC, estando amparada pela Resolução SESA n.º 1153/2024 (Art. 2 - inciso XVIII e Art.35).

IV. Mínimo de 03 (três) veículos utilitários *pick-up* com baú ou fechados para transporte técnico;

Pedido indeferido. A ITAIPU estabelece apenas as condições mínimas legais e necessárias à adequada execução contratual, em conformidade com a Resolução SESA n.º 1153/2024 (Art. 2), a qual não impõe a exigência de utilização de veículos do tipo baú ou fechados para a execução dos serviços objeto desta contratação.

Ademais, as condições relativas aos veículos operacionais encontram-se devidamente disciplinadas no Item 13 das Especificações Técnicas - Anexo I do CBC, as quais se mostram suficientes, adequadas e proporcionais ao atendimento do objeto contratado.

Dessa forma, entende-se que a exigência pretendida extrapola o necessário para o atendimento do objeto, não se mostrando adequada sob a ótica da proporcionalidade, razão pela qual foi mantida a definição dos requisitos técnicos mínimos já previstos no instrumento convocatório.

V. Estrutura mínima de 05 (cinco) profissionais, incluindo gerente registrado ou coordenador técnico operacional;

Pedido indeferido. Compete à Contratada dimensionar sua estrutura física e de pessoal de forma a assegurar a plena e adequada execução dos serviços contratados.

Não obstante, deverão ser rigorosamente observados o dimensionamento mínimo e a qualificação exigida das equipes técnicas, conforme estabelecido nas Tabelas 1 e 2 (Itens 5 e 10, respectivamente) das Especificações Técnicas, Anexo I do CBC.

VI. Capacitações em NRs aplicáveis (NR 01 - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais; NR 05 - CIPA; NR 06 - Equipamentos de Proteção Individual; NR 26 - Sinalização de Segurança; NR 33 - Espaços Confinados; NR 35 - Trabalho em Altura);

Pedido indeferido. A ITAIPU estabelece apenas as condições mínimas legais necessárias para a adequada execução contratual. Desta forma, são exigidas apenas as capacitações mínimas obrigatórias, NR10 e NR35, aplicáveis a todos os colaboradores que atuarão com instalações e serviços em eletricidade, bem como atividades de trabalho em altura.

VII. Ao menos 01 profissional com NR10;

Pedido Indeferido. Conforme disposto na NR10 e nos termos dos Itens 5 e 10 das Especificações Técnicas, Anexo I do CBC, a capacitação prevista nessa norma é exigida para todos os colaboradores que atuarão com instalações e serviços em eletricidade.

VIII. Responsável Técnico com capacitação compatível com procedimentos técnicos de controle de pragas; biossegurança e manipulação de saneantes; gestão de riscos ocupacionais, incluindo NR33 e NR35.

Pedido prejudicado. A ITAIPU reitera que, para a função de Responsável Técnico, foram exigidas apenas as condições mínimas necessárias para a adequada supervisão, coordenação e cumprimento legal das normas sanitárias, ambientais e operacionais aplicáveis ao objeto desta contratação. Importante destacar que, tais profissionais deverão possuir qualificação mínima exigida para o exercício legal da função, nos termos dos subitens 5.1, 5.2 e 10.1, respectivamente, das Especificações Técnicas, Anexo I do CBC, os quais já contemplam os requisitos técnicos essenciais ao desempenho das atribuições previstas.

Diante do exposto, verifica-se a inexistência de fundamento técnico que justifique a alteração do edital, razão pela qual a ITAIPU resolve indeferir a impugnação ora apresentada, mantendo-se integralmente vigentes as condições estabelecidas no CBC e seus respectivos anexos.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail compras@itaipu.gov.br.

Atenciosamente,

Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinatura/Firma Digital - Itaipu Binacional. Para verificar as assinaturas, clique no link <https://pad.itaipu.gov.br/Verificar/940B-D4CA-B973-829A> ou visite o site <https://pad.itaipu.gov.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 940B-D4CA-B973-829A



Hash do Documento

D852F4500E2D7D364E1094E64A56791994DC134862EF602A5F5108814E55E5A8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/02/2026 é(são) :

☒ Daniele Tassi Simioni Gemael - 023.***.***-04 em 20/02/2026

16:28 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital